



Emenda contra o aborto

Caso a Proposta de Emenda à Constituição do Deputado Severino Cavalcanti (PFL/PE) seja aprovada, o tratamento dado à questão do aborto - um grave problema de saúde pública no Brasil - sofrerá um grande retrocesso.

O Deputado pernambucano, com o apoio de 174 parlamentares, pretende alterar o artigo quinto da Constituição, inviabilizando a realização do aborto em qualquer hipótese (página 5).

6 FREIRE ESTÁ COM O PLANEJAMENTO FAMILIAR

7 PROJETOS DE LEI EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO

10 URGENTE: HOSPEDAGEM EM BEIJING

Conferência das Mulheres



Mesa de Abertura da Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95

A Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95 reuniu mais de 700 mulheres, de 15 a 18 de junho, no Rio de Janeiro. Foram quatro dias de muito trabalho para consolidar o que vínhamos construindo durante um ano e meio de Articulação.

O Encontro aprovou uma Declaração Política, onde apontamos alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, na perspectiva de um desenvolvimento humano integral. Articulando as questões de gênero e raça,

a Declaração aprovada confirma os compromissos das mulheres brasileiras na luta por políticas sociais que superem as desigualdades. E, em uníssono com o movimento de mulheres de todo o mundo, reafirma que a Conferência de Beijing não deve retroceder em relação aos avanços obtidos nas conferências anteriores, mas sim avançar sobre estes limites, impedindo que posições conservadoras invistam contra os direitos assegurados pelas mulheres no plano internacional (páginas 8, 9 e 10).

Proposta de Darcy Ribeiro omite as creches

O substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) conseguiu uma unanimidade: desagradou a todos os setores mais diretamente envolvidos com a questão da educação. Para o movimento de mulheres não foi diferente. A proposta do senador excluiu a obrigatoriedade de creches nas empresas (página 4).

Encontro de Parlamentares Latino-Americanas

Está marcada para os dias 28 e 29 de julho, em São Paulo, a reunião ampliada da Comissão Especial de Mulheres do Parlamento Latino-americano, preparatória a IV Conferência Internacional sobre a Mulher - Beijing'95. As formas de implementação do Plano de Ação Regional para as Mulheres, ao nível do Legislativo, é um dos temas centrais da discussão (página 11).

EDITORIAL

CFEMEA realiza pesquisa no Congresso

O CFEMEA está promovendo uma pesquisa para saber a opinião das(os) senadoras(es) e deputadas(os) sobre os temas de interesse da mulher. Questões em pauta na Reforma Constitucional como a aposentadoria diferenciada entre homens e mulheres e a licença gestante, e ainda temas como a reformulação do Código Penal, onde estão inseridos o estupro e outros crimes sexuais, fazem parte da pesquisa de opinião. A punição do assédio sexual, o aborto e sua descriminalização, a adoção de ações afirmativas no âmbito do mercado de trabalho são também levantados neste trabalho.

Durante todo o mês de junho, vários entrevistadores da WHO Informações e Mercado percorreram os corredores da Câmara e do Senado para conhecer a tendência do novo Congresso em relação a temas cruciais para as mulheres. Até o momento, foram obtidas as respostas de 75% dos 594 parlamentares. A tabulação dos questionários e a análise dos resultados desta pesquisa, que contou com o apoio da NOVIB, deverão estar prontas até o mês de julho e serão publicados no FÊMEA. Aguarde!

Cadastro

O CFEMEA está elaborando um cadastro dos periódicos do movimento de mulheres e daqueles interessados nesta temática, onde constam informações sobre a periodicidade da publicação, forma de distribuição e área de abrangência, tiragem, público-alvo, entre outras.

O objetivo, além da identificação da imprensa que cobre esta área, é estreitar o nosso contato, através do envio de releases e artigos sobre o acompanhamento dos projetos de lei relativos aos direitos da mulher no Congresso Nacional, democratizando a informação a este respeito. Se a sua organização tem algum tipo de publicação e ainda não recebeu o formulário de cadastro, por favor, entre em contato com o CFEMEA.

O Rio foi pequeno para tantas mulheres

Pela primeira vez na história do movimento de mulheres brasileiro, uma Conferência reúne mulheres de todos os cantos do país, de várias raças, credos, níveis de instrução e de diferentes áreas de atuação, aprovando um documento nacional, que traça estratégias e perspectivas para o movimento e define suas propostas frente ao governo, o Legislativo e o Judiciário. Foi, sem sombras de dúvida, mais um marco na nossa história.

Desde o início do ano passado, o CFEMEA vem assessorando a bancada feminina nos trabalhos preparatórios a IV Conferência Internacional sobre a Mulher, firme na convicção de que Beijing'95 teria repercussões dentro do Congresso Nacional e que este seria um momento privilegiado para avançarmos em relação aos direitos da mulher no Legislativo.

Nossas expectativas, felizmente, vêm se confirmando. A participação de várias parlamentares federais, estaduais e municipais na Conferência das Mulheres Brasileiras é um indicativo de que as nossas propostas terão ressonância no Congresso Nacional, nas Assembléias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. O envolvimento da bancada feminina com a realização de uma reunião ampliada da Comissão Especial da Mulher do Parlatino, em São Paulo, nos dias 28 e 29 de julho - onde se discutirá a intervenção das parlamentares latino-americanas na Conferência de Beijing e as formas de o legislativo cumprir, acompanhar e fiscalizar a implementação Plano de Ação Regional para a Mulher da América Latina e do Caribe, 1995-2001, também comprova esta afirmação.

Ao nível do Congresso Nacional, alguns resultados já são visíveis. Há seis meses do início desta Legislatura, tramitam no Senado e na Câmara cerca de 170 projetos de lei relativos aos direitos da mulher. Várias audiências públicas, em especial na área de saúde da mulher foram realizadas e

outras estão agendadas para o próximo semestre. A Câmara dos Deputados também tomou algumas iniciativas no sentido de fiscalizar as políticas públicas dirigidas à mulher, como é o caso da comissão de parlamentares que acompanha o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde) nos estados. Há diversos projetos de lei que regulamentam a Constituição e asseguram importantes conquistas às mulheres, que estão em fase final de tramitação, como por exemplo, o PLC 114/94, que trata do planejamento familiar, e do PL 1888/91, que define a união estável. Algumas leis foram aprovadas pelo Congresso nesta legislatura, e já estão em vigência, uma que pune a discriminação no mercado de trabalho; e outra garantindo berçários nos presídios para os filhos das detentas. Outro projeto aprovado por unanimidade no Congresso, assegurava a realização do exame de DNA na rede pública de saúde, mas foi vetado pelo Presidente da República.

Em julho, o Congresso entra em recesso, mas desde já as organizações de mulheres devem estar atentas e articuladas para otimizar os resultados que este ano de 1995, marcado pela Conferência de Beijing, podem nos trazer. O novo substitutivo para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Reforma da Previdência Social, apenas para destacar alguns itens em pauta, põe em risco importantes conquistas feministas. Por outro lado, temos que potencializar nossa capacidade propositiva para regulamentar vários dispositivos constitucionais, e agilizar a aprovação dos projetos que estão em fase conclusiva.

Neste sentido, consideramos que as propostas aprovadas na Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing são um importante instrumento frente ao Congresso Nacional e devem firmar-se como um referencial para os parlamentares em relação às propostas do movimento de mulheres.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN, Ed. Venâncio 3000, s/ 602 - 70718-900 Brasília, DF -
Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2338
Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,
Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligoicki e Marlene Libardoni.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Jandira
Feghali, Marilú Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e
Socorro Gomes. Deputados José Genóino. Senadoras: Benedita
da Silva e Marluce Pinto.
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Flórida Verucci,
Gilese Concerza, Helelieth Saffioti, Lidice da Mata, Luci Choinacki,
Marah Régia, Maria Benecine Godinho Delgado, Maria Bethânia
de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza Augusti,
Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e

Zulaê Cobra Ribeiro.
Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de
Castro Neves, Eleonora Menacucci de Oliveira, Elizabeth Garcez,
Flórida Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia
Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô
Moraes, Paola Capélin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia
Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Malô
Ligoicki
Jornalista Responsável: Alexandre Machado - Reg: 3034/
013/079/DF
Composição e Arte Final: Adriano Cavalcante
Impressão: Gráfica dos Bancários de Brasília - DF
Apoio: Fundação Ford e Fundação MacArthur.
Apoio Encarte Fêmea-Pequim'95: Fund. MacArthur e FNUAP

LANÇAMENTO

Piauí, Mato Grosso do Sul e Maranhão lançam o Guia da Mulher

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA lançou, nos dias 25, 26 e 27 de maio, em mais três cidades o Guia dos Direitos da Mulher

Campo Grande, uma das capitais visitadas - as outras duas foram Teresina e São Luís - aproveitou a instalação do Fórum de Mulheres do Mato Grosso do Sul, realizada no dia 26 de maio, para o lançamento do Guia. Guacira de Oliveira representou o CFEMEA, na ocasião.

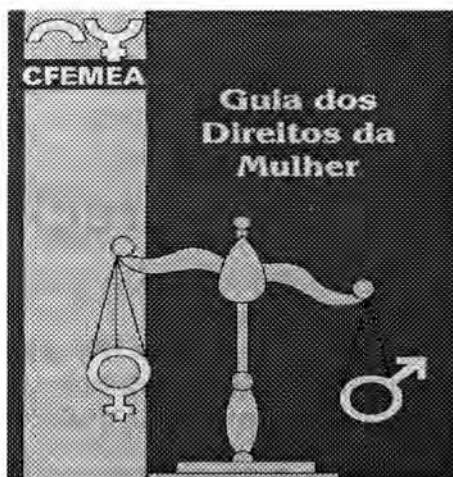
As mais de 150 pessoas presentes à instalação do Fórum Sul-Matogrossense demonstraram que o movimento de mulheres no Brasil vem se rearticulando, aproveitando o processo preparatório para Conferência Internacional de Pequim.

A reunião, mesmo concorrendo com um evento político em Pontaporã, obteve sucesso. Os 100 livros disponíveis não foram suficientes. Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena, perdendo apenas para o Amazonas, e um grande número de mulheres indígenas estiveram presentes ao evento.

Com a criação do Fórum no estado, as 10 entidades que o compõem - entre elas o Movimento Popular de Mulheres do Mato Grosso do Sul, o Grupo Tez, a Secretaria de Mulheres do PT, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - puderam elaborar o documento do estado para a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95, onde consta um histórico da condição feminina no Mato Grosso do Sul, os problemas atuais e as perspectivas futuras.

Maranhão - O Grupo de Mulheres da Ilha (São Luís) juntamente com a Academia Maranhense de Letras, receberam,

no dia 25 de maio, a representante do CFEMEA, Iáris Cortês, na própria sede da Academia, que ficou lotada com as mais de cem pessoas presentes ao lançamento do Guia.



ARQUIVO CFEMEA

A Faculdade de Direito da Universidade do Maranhão aproveitou a presença de Iáris no estado para promover um debate no dia seguinte. No dia 26 de maio, mais de 70 convidados, entre estudantes e professores, assistiram à exposição de Iáris sobre a evolução dos direitos da mulher.

Piauí - Em Teresina, no dia 27 de maio, o Guia dos Direitos da Mulher foi lançado na comunidade

de Santa Teresinha, ao final de uma missa, num ambiente iluminado por velas.

Lamentavelmente, sem o conhecimento do CFEMEA, alguns problemas entre as organizadoras do lançamento em Teresina acabaram impossibilitando a participação das integrantes do Fórum de Mulheres do Piauí, que só tomaram conhecimento do evento depois que ele já havia ocorrido.

Os próximos lançamentos do Guia ocorrerão em julho e agosto. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Ceará serão os estados anfitriões. As organizações interessadas em promover o lançamento do Guia em seus estados devem contatar o CFEMEA no SCN- quadra 6 - Ed. Venâncio 3000- bloco A sala 602- CEP 70718-900- Brasília - DF - telefone (061) 225 1664 fax (061) 225 2336. Os exemplares do Guia são gratuitos. Para o lançamento, o(s) grupo(s) interessado(s) devem assumir a organização e divulgação do evento e arcar com as despesas de hospedagem e transporte uma representante do Centro.

Fórum de Conselhos

No último dia 14 de junho, o Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher reuniu-se no Rio de Janeiro, e elegeu sua nova coordenação. Maria Ricardina Sobrinho de Almeida, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do DF assumiu a Secretaria Executiva da Coordenação, que é composta também por Maria Amélia Freire, do Conselho de Natal e Ana Maria Rattes, do Conselho do Rio de Janeiro.

Nesta reunião o Fórum decidiu fazer um mapeamento dos conselhos estaduais e municipais existentes no país e elaborar um projeto para capacitação de dirigentes destes organismos governamentais.

Com relação ao governo brasileiro, as dirigentes resolveram manter contato com o Comitê Nacional preparatório a Conferência Mundial sobre

a Mulher, e indicar Auxiliadora Garcia, do Conselho do Ceará, para compor o Comitê de Morte Materna, do Ministério da Saúde. Também decidiram encaminhar ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher os documentos "Políticas Públicas sob a Ótica de Gênero" e o "Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e Caribe 1995-2001", no sentido de buscar uma estratégia para que o governo brasileiro viabilize as duas propostas.

Quem desejar manter contato com o Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher pode dirigir-se à Secretaria Executiva, sediada no CDM-DF - endereço: SBS, quadra 1, bloco E, Ed. Brasília, 5º andar, CEP 70072-900, Brasília, DF. Telefones: (061) 217-8040, 217-8043, 226-1634 e fax: (061) 321-1203.

Senado adia debate sobre LDB

O impasse continua. As sessões previstas no Senado para discutir a nova proposta de LDB não conseguiram avançar em seus trabalhos. Nas reuniões programadas para as Comissões de Justiça e Educação, nos dias 7 e 8 de maio, houve, respectivamente, adiamento e falta de quorum.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – é o estatuto que regulamenta todas as políticas de educação no país. Mas, questões ligadas a interesses políticos têm impossibilitado as discussões sobre o tema.

A questão da educação infantil é um dos assuntos de maior interesse ao movimento de mulheres. Porque põe em debate a política de creches e pré-escolas.

A LDB e as creches

O Congresso Nacional discute as propostas para Lei de Diretrizes e Bases para educação. Para o movimento de mulheres o artigo sobre educação infantil tem importância especial. Além de tentar melhorar a situação das crianças – entre zero e seis anos – a LDB poderá afetar diretamente a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Hoje, 70% da educação infantil encontra-se nas mãos da rede particular, restringindo o acesso a menos de 50% da população. Além disso, não há recursos previsto nem na LDB, nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a educação de crianças com até seis anos.

Ao tratar do assunto, o projeto da LDB regulamenta dois artigos da Constituição Federal: o artigo sétimo, inciso XXV, sobre a garantia de creche aos filhos dos trabalhadores rurais e urbanos; e o artigo 208, inciso IV, que afirma ser dever do Estado o atendimento

em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos.

Congresso – Desde 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação vem sendo debatida no Congresso Nacional. O primeiro projeto apresentado, de autoria do ex-deputado Otávio Elísio (PSDB-MG), foi aprovado na Câmara em 1993, na forma de substitutivo. O substitutivo, relatado pela ex-deputada Ângela Amin (PPR-SC), é defendido por entidades como o Fórum Nacional de Educação, que participou da sua elaboração.

Atualmente, as Comissões de Educação e de Justiça do Senado estão debatendo três propostas para a LDB. Uma delas é o Projeto de Lei da Câmara (PLC 101/93), e as outras duas são substitutivas a este projeto: os substitutivos do senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) e do ex-senador Cid Sabóia (PMDB/CE).

Há ausência de determinações

concretas quanto ao atendimento à crianças de zero a seis anos de idade, em creches e pré-escola, nas propostas apresentadas ao Senado. Portanto pouco se avançará em relação ao texto constitucional, que apesar de aprovado há sete anos, não garante o efetivo exercício deste direito pelas crianças.

A inserção da educação infantil dentro do sistema regular de educação garante a cidadania das crianças, porque faz das creches e pré-escolas instituições educacionais. Portanto, a LDB deve ser precisa, sistemática e inequívoca ao tratar dessa questão.

Apesar das Comissões de Educação e de Justiça do Senado estarem tratando do assunto de forma insatisfatória, ainda há a possibilidade de se fazer alterações no texto na votação em turno suplementar, onde é permitida a inclusão de novas propostas em qualquer artigo do projeto.

O mercado de trabalho feminino

A participação das mulheres no mercado de trabalho, apesar de crescente, tem esbarrado em problemas ligados aos cuidados com os filhos.

A presença de filhos, mais que o casamento, é a principal causa de exclusão da mão-de-obra feminina. A responsabilidade exclusiva pela guarda, cuidado e educação das crianças restringe drasticamente as oportunidades de emprego para as mulheres. Mesmo quando a “necessidade” as obriga a trabalhar, o emprego informal, sem horário e local definidos, acaba sendo a única alternativa capaz de conciliar casa e trabalho.

Em 1992, segundo o relatório geral do governo brasileiro sobre a mulher para Pequim’95*, “78,4% das crianças de zero a seis anos das regiões metropolitanas ficavam com suas mães a maior parte do

tempo”. Em 1985, apenas “23,2% das crianças nessa faixa etária estavam frequentando creches ou pré-escolas”.

O documento mostra ainda, o aumento percentual de mulheres com filhos acima de seis anos no mercado, faixa em que já podem ser atendidos nas escolas de primeiro grau.

Na área rural continua o relatório, “ocorre que muitas mães se vêem obrigadas a carregar crianças consigo para as plantações, submetendo-as ao trabalho precoce e deslocamento de grandes distâncias em transportes inseguros”.

Os dados mostram a realidade do país. Mas, não basta constatá-la. É preciso tomar iniciativas para mudá-la. O governo deve ter vontade política para definir claramente a responsabilidade do Estado e das empresas na educação e cuidado das

crianças. Reduzindo as tarefas que hoje recaem exclusivamente sobre a mulher, será permitido o seu ingresso, efetivo, no mercado de trabalho.

O momento é este – a LDB está em discussão. Governo e Congresso terão a oportunidade de expressar seu real interesse em regulamentar os princípios constitucionais capazes de incentivar a participação da mulher no mercado formal de trabalho. Não esquecendo, porém, da responsabilidade do Estado, da sociedade e da família para com o bem-estar das crianças.

* Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira para IV Conferência Mundial sobre a Mulher elaborado pelo Governo Brasileiro – 1995.

REFORMA CONSTITUCIONAL

Emenda inviabiliza aborto legal

O Deputado Severino Cavalcanti (PFL/PE) apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC 25/95) alterando o caput do Artigo 5º da Constituição Federal. Com a alteração vigoraria a seguinte redação: " todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, *desde a sua concepção*, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

Caso seja aprovada, a PEC 25/95 impedirá a realização do aborto em qualquer caso, inclusive naqueles já permitidos pelo Código Penal, de 1940, ou seja: quando há risco de vida para a gestante e quando a gravidez resulta de estupro.

A discussão não é nova. Já esteve presente na Assembléia Nacional Constituinte e, repetiu-se, na Revisão Constitucional quando foram apresentadas três propostas revisoras com o mesmo conteúdo. Nos dois casos a mobilização do movimento organizado de mulheres conseguiu impedir retrocesso na legislação.

A Proposta foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, onde os deputados votaram favoravelmente à sua admissibilidade. Agora deverá ser constituída uma comissão especial para discutir, analisar e apresentar seu parecer sobre a emenda. Para que a Proposta de Emenda chegasse a ser apreciada, quanto a sua admissibilidade pela Comissão de Justiça foram necessárias as assinaturas de 174 parlamentares, que relacionamos a seguir, segundo o estado de origem:

Amazonas: Alzira Ewerton (PSDB), Arthur Virgílio Neto (PSDB), Átila Lins (PFL). **Alagoas:** Benedito de Lira (PFL), Olavo Calheiros (PMDB), Talvane Albuquerque (PP). **Amapá:** Eraldo Trindade (PPR). **Bahia:** Benito Gama (PFL), Claudio Cajado (PFL), Coriolano Sales (PDT), Eujacio Simões (PL), Fernando

Gomes (PMDB), Jairo Azi (PFL), Jairo Carneiro (PFL), João Colaco (PSB), João Leão (PSDB), José Carlos Aleluia (PFL), José Tude (PTB), Leur Lomato (PFL), Luiz Braga (PFL), Manoel Castro (PFL), Prisco Viana (PPR), Roberto Santos (PSDB), Simara Ellery (PMDB), Ursicino Queiroz (PFL). **Ceará:** Aníbal Gomes (PMDB), Antonio dos Santos (PFL), Edson Queiroz (PP), Jose Linhares (PP), Leonidas Cristino (PSDB), Roberto Pessoa (PFL). **Distrito Federal:** Benedito Domingos (PP). **Espírito Santo:** Feu Rosa (PSDB), Luiz Buaiz (PL), Luiz Durão (PDT). **Goiás:** Josias Gonzaga (PMDB), Jovair Arantes (PSDB) Pedro Wilson (PT), Roberto Balestra (PPR), Sandro Mabel (PMDB). **Maranhão:** Alberico Filho (PMDB), Cesar Bandeira (PFL), Eliseu Moura (PFL), Roberto Rocha (PMDB), Sarney Filho (PFL). **Minas Gerais:** Aécio Neves (PSDB), Carlos Melles (PFL), Eduardo Barbosa (PSDB), Francisco Horta (PL), Herculano Anghinetti (PSDB), Hugo Rodrigues (PFL), Humberto Souto (PFL), Ibrahim Abi-Ackel (PPR), Jaime Martins (PFL), Jair Siqueira (PFL), João Fassarela (PT), Jose Rezende (PTB), José Santana de Vasconcelos (PFL), Marcio Reinaldo (PP) Mauro Lopes (PFL), Newton Cardoso (PMDB), Odelmo Leão (PP), Osmânio Pereira (PSDB), Philemon Rodrigues (PTB), Sandra Starling (PT). **Mato Grosso do Sul:** Dilson Sperafico (PMDB). **Mato Grosso:** Roberto Franca (PSDB), Rodrigues Palma (PTB), Rogério Silva (PPR). **Pará:** Benedito Guimarães (PPR), Gerson Peres (PPR), José Priante (PMDB), Olavio Rocha (PMDB) Raimundo Santos (PPR), Ubaldo Correa (PMDB). **Paraíba:** Alvaro Gaudêncio Neto (PFL), Armando Abílio (PMDB), Cassio Cunha Lima (PMDB), Enivaldo Ribeiro (PPR), Gilvan Freire (PMDB), José Luiz Clerot (PMDB). **Pernambuco:** Gonzaga Patriota (PSB), Inocêncio

Oliveira (PFL), José Chaves (PSB), José Jorge (PFL), José Mendonça Bezerra (PFL), José Múcio Monteiro (PFL), Luiz Piauhyllino (PSB), Mendonça Filho (PFL), Nilson Gibson (PMN), Osvaldo Coelho (PFL), Pedro Correa (PFL), Ricardo Heráclio (PMN), Roberto Magalhães (PFL), Salatiel Carvalho (PP), Vicente Andre Gomes (PDT), Wilson Cunha (PFL). **Piauí:** Antonio Jorge (PPR), B. Sá (PP), Ciro Nogueira (PFL), Heráclito Fortes (PFL), Paes Landim (PFL). **Paraná:** Chico da Princesa (PDT), José Borba (PTB), Luiz Carlos Hauly (PP), Paulo Cordeiro (PTB), Ricardo Barros (PFL), Werner Wanderer (PFL). **Rio de Janeiro:** Alexandre Cardoso (PSB), José Carlos Lacerda (PPR), Lima Netto (PFL), Nilton Cerqueira (PP), Roberto Jefferson (PTB), Rubem Medina (PFL). **Rio Grande do Norte:** Iberê Ferreira (PFL). **Roraima:** Elton Rohnelt (PSC). **Rondônia:** Marinha Raupp (PSDB). **Rio Grande do Sul:** Adroaldo Streck (PMDB), Átila Lins (PFL), Darcisio Perondi (PMDB), Ezídio Pinheiro (PSDB), Hugo Lagranha (PTB), Jair Soares (PFL), Luis Roberto Ponte (PMDB), Matheus Schimidt (PDT), Osvaldo Biolchi (PTB), Paulo Ritzel (PMDB). **Santa Catarina:** João Pizzolatti (PPR), José Carlos Vieira (PFL), José Fritsch (PT), Paulo Bornhausen (PFL), Paulo Gouvea (PFL). **São Paulo:** Beto Mansur (PPR), Carlos Apolinario (PSDB), Cunha Bueno (PPR), Cunha Lima (PDT), Duilio Pisaneschi (PTB), Edinho Araújo (PMDB), Fausto Martello (PPR), Maluly Netto (PFL), Marquinho Chedid (PSD), Michel Temer (PMDB), Ricardo Izar (PPR), Salvador Zimbaldi (PSDB), Ushitaro Kamia (PSB), Valdemar Costa Neto (PL), Vicente Cascione (PTB), Wagner Salustiano (PPR), Welson Gasparini (SP). **Tocantins:** Antonio Jorge (PPR), Dolores Nunes (PP), Freire Júnior (PMDB), João Ribeiro (PFL), Paulo Mourão (PPR).

Saúde da mulher em debate no Congresso

Em vários espaços do Congresso Nacional a questão da saúde da mulher tem sido debatida. O projeto de lei regulamentando o planejamento familiar (PLC 114/94), que tem como autor principal o Deputado Eduardo Jorge (PT-SP), está sendo apreciado pela Comissão de Justiça do Senado Federal (veja box nesta página), onde tem como relator do Senador Roberto Freire (PPS-PE).

Na Câmara dos Deputados, cinco projetos de lei e uma emenda constitucional (veja matéria na página 5) foram apresentados nesta legislatura tratando da questão do aborto. A Comissão de Seguridade Social e Família já constituiu uma sub-comissão para fiscalizar o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher nos estados, e realizou duas audiências públicas sobre esta temática nos meses de maio e junho. A primeira delas, sobre o programa de direitos reprodutivos da Secretaria de Saúde da Bahia (leia matéria nesta página), e a segunda, em 27 de junho, sobre o próprio PAISM. Esta última contou com a participação de Maria Betânia Ávila, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Após o recesso parlamentar já está prevista outra audiência pública para tratar do problema do câncer de mama, solicitada pelos Deputados José Pinotti (PMDB-SP) e Marta Suplicy (PT-SP).

Comissão discute Direitos Reprodutivos

No dia 8 de maio, a Comissão de Seguridade realizou uma audiência pública com os coordenadores do programa de saúde reprodutiva da Bahia.

A audiência, solicitada pelo deputado Ursicino Queiróz (PFL/BA) contou com a presença do subsecretário de saúde baiano, Ailton Sepúlveda e dos principais responsáveis pelo programa. Críticas e elogios não faltaram. As maiores críticas apontavam a necessidade de um programa deste tipo estar integrado ao PAISM, abrangendo as pessoas que estão fora do ciclo reprodutivo, e garantindo assistência não apenas à contracepção, mas também aos casos de infertilidade. A desconexão com os programas de prevenção à AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, e a não previsão de tratamento dos casos de aborto legal foram também alvos de crítica.

Os elogios ficaram por conta da iniciativa desenvolvida pela Bahia, que permite o acesso da população, através da rede pública, a vários métodos contraceptivos.

Chega às mãos de Freire PLC do Planejamento Familiar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou o substitutivo do Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE) ao PLC 114/94, que regulamenta o Planejamento Familiar. A matéria seguiu para a Comissão Justiça (CCJ) onde tem como relator o Senador Roberto Freire (PPS-PE).

A seguir, informamos sobre as alterações feitas pelo Senador Lúcio Alcântara, na CAS. Deixamos entre colchetes e em negrito o texto como havia sido aprovado na Câmara. E *em itálico*, as emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. As reticências indicam que não houve alteração naquele item.

Artigo 7º - É **[vedada]** permitida a participação direta ou indireta de empresas **[instituições e organismos internacionais]** ou capitais estrangeiros nas ações e pesquisas de planejamento familiar, **[salvo o disposto em lei e]** desde que autorizada, fiscalizada e controlada pelo órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde.

Artigo 8º - **[É vedada a realização de qualquer experiência]** A realização de experiências com seres humanos no campo da regulação da fecundidade **[salvo o disposto em lei e mediante prévia autorização, fiscalização controle pelo]** somente será permitida se previamente autorizadas, fiscalizadas e controladas pela direção nacional do Sistema Único de Saúde e atendidos os critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.

Artigo 10 - Somente é permitida a

esterilização voluntária nas seguintes condições:

I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 25 anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce.

II - risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro concepto, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos. **[autorizados pelo Conselho Regional de Medicina.]**

Parágrafo 1º -

Parágrafo 2º - É vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto. **[salvo o disposto no inciso II deste artigo.]**

Capítulo II - Dos Crimes e das Penalidades

Art. 20 - As instituições a que se refere o artigo anterior sofrerão as seguintes sanções, sem prejuízo das aplicáveis aos agentes do ilícito, aos co-autores ou aos partícipes:

I - se particular a instituição:

a) ...

b)...

II - se pública a instituição, afastamento temporário ou definitivo dos agentes do ilícito, dos gestores e responsáveis, dos cargos ou funções ocupados, *sem prejuízo de outras penalidades.*

AGENDA

ADULTÉRIO

O Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ) e a Deputada Marta Suplicy (PT/SP) são autores do projeto de Lei 120/95. O PL, se aprovado, descriminalizará o adultério - considerado crime pelo artigo 240 do Decreto Lei nº 2.848 de 07.12.40, do Código Penal. A matéria vem sendo apreciada pela Comissão de Justiça, onde tem como relator o Deputado Gerson Peres (PPR-PA).

Emprego Doméstico

Sobre o tema existe um projeto de autoria da senadora Benedita da Silva (PT/RJ), apresentado quando ela ainda era deputada federal. O projeto regulamenta o trabalho doméstico e encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

O relator da CAS, senador Jonas Pinheiro (PFL/MT), está encarregado de elaborar o parecer sobre as sete emendas de plenário apresentadas por Benedita da Silva, para atender às reivindicações da categoria profissional.

Violência

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) da Câmara dos Deputados ratificou, sem nenhuma ressalva, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 95/95) sobre a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. O projeto, agora será apreciado pela Comissão de Segurança (CSSF), onde tem como relatora a Deputada Marta Suplicy (PT/SP).

Três projetos sobre União Estável

Sobre a União Estável estão tramitando três projetos. Cada um deles discute o tema de forma diferente.

- O PL 1888/91, que define a união estável, encontra-se em fase final de tramitação. O projeto, de autoria da Deputada Beth Azize (PDT-AM), já foi aprovado na Câmara e no Senado. Atualmente, a Câmara dos Deputados analisa o substitutivo aprovado no Senado. A Comissão de Segurança já o aprovou, e a Comissão Justiça deverá apreciá-lo após o recesso do Legislativo.

- O mais novo projeto sobre a união estável é o PL 352/95 que trata da conversão da União Estável em casamento. A autora é a Deputada Laura Carneiro (PP/RJ) e a relatora, na Comissão de Justiça, é a Deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP). Nesse projeto, para que a união converta-se em casamento é necessário que os conviventes sejam solteiros, divorciados



Dep. Zulaiê Cobra Ribeiro

ou viúvos, e que comprovem ter pelo menos 5 anos de vida em comum.

- A união estável também é tratada no PL 1815/91, que dispõe sobre a capacidade jurídica da mulher (veja matéria abaixo). Entre as emendas apresentadas pela Deputada Fátima Pelaes (PFL/AP), está a que suprime a obrigatoriedade da convivência por cinco anos para a conversão da união estável em casamento.

Capacidade Civil da Mulher

A capacidade jurídica da mulher é tema do projeto de lei nº 1815/91 (=PLS 377/89), que pretende alterar a Lei de Introdução do Código Civil, e o próprio Código Civil. O projeto do, à época, Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), tramita na CSSF e tem como relatora a Deputada Rita Camata (PMDB/ES).

Para atender às reivindicações feministas, a Deputada Fátima Pelaes (PFL/AP) apresentou várias emendas à Comissão. As modificações pretendem eliminar as discriminações à mulher no Código, adequando-o aos princípios constitucionais de igualdade, ampliando sua capacidade civil.

Estabilidade da Gestante

Estão tramitando na Câmara dois projetos que dispõem sobre o tema. O PL 1932/91, de autoria do Deputado Paulo Paim (PT/RS), e o PL 52/95 de autoria da Deputada Rita Camata (PMDB/ES).

O primeiro projeto foi desarquivado nesta Legislatura, e garante à gestante a estabilidade desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto, conforme prevê a

Constituição (art. 10, inciso II, alínea B, do ADCT). Após ter sido apreciado na Comissão de Trabalho - CTASP -, o projeto está na Comissão de Justiça da Câmara, onde aguarda o parecer do Deputado Enio Bacci (PDT/RS).

O segundo projeto - PL 52/95 - prevê a estabilidade desde o início de gravidez até 90 dias após o término da licença gestante. A Deputada Zila Bezerra (PMDB/AC) é a relatora da

matéria na Comissão de Trabalho e apresentou parecer favorável à proposição. O Deputado Sandro Mabel (PMDB/GO) pediu vistas (pedido para analisar o projeto separadamente) e apresentou um voto em separado para garantir a estabilidade nos mesmos moldes do que hoje está assegurado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A matéria está em pauta na Comissão.

ARTICULAÇÃO

Fêmea Pequim' 95

Conferência reúne 700 mulheres

No dia 15 de junho, no auditório do Instituto Benett, no Rio de Janeiro, foi aberta a Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95. Mais de 700 mulheres, de 25 dos 26 estados da Federação estavam presentes (somente Tocantins não estava representado).

A Conferência foi o ponto alto de um ano e meio de articulação e discussão do movimento de mulheres brasileiro em preparação à IV Conferência Internacional sobre a Mulher, buscando resgatar e avaliar as nossas trajetórias nos últimos vinte



Shuma Shumaker da Articulação

anos, formular propostas de caráter nacional e traçar estratégias e perspectivas até o próximo milênio.

A Mesa de Abertura da Conferência foi presidida por Hildésia Alves de Medeiros, da Secretaria Executiva, por Shuma Shumaker, que representou a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing'95; Rosemary Madden, da Coordenação do Foro de ONG's da América Latina e do Caribe; pelo Ministro José Augusto Lindgren, da Divisão das Nações Unidas, do Ministério das Relações Exteriores; por Rosiska Darcy de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por Maria Ricardina Sobrinho, Coordenadora do Fórum Nacional de Organismos Governamentais sobre os Direitos da Mulher; por Lídice da Mata, Prefeita

de Salvador, pela Senadora Emília Fernandez (PTB-RS), que representou as mulheres no Senado Federal; por Ana Júlia Carepa (PT-PA), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Martha Suplicy (PT-SP), que representaram a bancada feminina na Câmara dos Deputados e por Arabella Estrela Rota, do UNICEF, representando a ONU que vêm apoiando às mulheres brasileiras neste processo preparatório da IV Conferência Internacional sobre a Mulher.

Muita emoção cercou a apresentação das delegações dos 25 estados, que através de performances discorreram sobre o caminho percorrido desde janeiro 1994 para chegar ali. Brancas, negras, indígenas; rurais e urbanas; heterossexuais e lésbicas, feministas, sindicalistas, militantes do movimento popular e de partidos políticos, cientistas, parlamentares; religiosas e leigas; portadoras de deficiência; e dirigentes de organismos governamentais compunham as delegações. A diversidade do movimento de mulheres e o caráter múltiplo, heterogêneo e plural da Articulação das Mulheres Brasileiras para Beijing'95, reunindo mais de oitocentas organizações neste processo e realizando quase cem eventos preparatórios a esta Conferência em todo o país estavam ali representados.

Durante os 4 dias em que se realizou a Conferência houve dois painéis, um deles contextualizando o processo brasileiro e latino-americano rumo a IV Conferência Internacional sobre a Mulher, que contou com a participação de Wânia Santana (da Secretaria Executiva Nacional) e Rosemary Madden (do Foro de ONG's da América Latina e



Vera Soares sistematizou o documento

do Caribe). O segundo painel, teve como expositoras a Senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que abordou o tema Democracia e Cidadania, Sônia Correia, do IBASE, que tratou das Conferências Internacionais e o movimento de Mulheres, e Regina Festa, da USP, que debateu a questão da globalização e do desenvolvimento.

Os esforços da Secretaria Executiva da Articulação, para realizar esta Conferência, e o trabalho incansável de Vera Soares, do Centro de Informação sobre a Mulher (CIM), de São Paulo, para a consolidação e sistematização do Documento de Síntese e Propostas, que serviu de base às nossas discussões, foram homenageados.



Dep. Jandira Feghali na Conferência

Também foi destacado o importante papel que o informativo FÊMEA vem desempenhando neste processo.

CONFERÊNCIA

Pequim é aqui

Depois da abertura e dos painéis, todas as participantes da Conferência reuniram-se em 15 grupos de trabalho para discutir e formular as nossas propostas frente ao Governo e os Poderes Legislativo e Judiciário, traçar estratégias e perspectivas de atuação para o movimento de mulheres no Brasil, e definir propostas gerais com relação à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, seus encaminhamentos e desdobramentos no Brasil. Os resultados dos trabalhos dos grupos foram apresentados em Plenário, para a aprovação da Conferência.

Como bem expressou Vera Soares, do Fórum de Mulheres de São Paulo, na apresentação do Documento de Síntese e Propostas, que serviu de base às nossas discussões no Rio de Janeiro,

“subvertemos tempos e espaços. Para nós Pequim acontece aqui, em cada lugar onde as mulheres se juntam para pensar suas realidades, suas vidas e tecer o futuro. E Pequim acontece lá, na China, também. Para nós o final é tão importante como o processo. Cada parte tem a prioridade do todo. Na virada do milênio, insistimos em declarar que somos movidas a sonhos. Às vezes que anunciam o fim das utopias contrampomos nossa ótica de que é preciso revisitá-las, agora mais do que nunca. (...)”

Queremos estabelecer um compromisso de lutar por uma nova sociedade, por outra organização do Estado, regida pelos princípios da igualdade e da solidariedade humana, em que o exercício do poder seja um serviço e não um privilégio.

O sistema em que estamos imersas dificulta a construção de um novo tempo, de um novo mundo, porque gera as contradições entre os seres humanos e a sociedade, possibilidade da vida e a realidade, e rompe com tecidos que formam laços de ternura, trazendo o desencanto, a violência e outras mazelas sociais. As conseqüentes seqüelas sociais reproduzem a corrente repressora da condição humana.

Queremos contribuir com proposições que definam não só a qualidade de vida, mas principalmente uma consciência do viver, de sermos seres humanos, concebendo nossas diferenças, semelhanças e limites. O que nos exige uma árdua luta por políticas de sobrevivência e condição social feminina de igualdade”.

Declaração Política*

Foi dentro deste espírito que a Conferência aprovou as reivindicações das mulheres brasileiras e aprovou suas propostas, apresentando uma Declaração Política, onde propomos:

- a) um modelo de desenvolvimento que implemente políticas públicas de combate às desigualdades sociais, étnicas e de gênero, com perspectiva de eliminar todas as formas de opressão e violência;
- b) a redistribuição de recursos de maneira equitativa e justa, sem discriminar as mulheres, garantindo a eliminação da miséria e a qualidade de vida;
- c) a garantia de serviços básicos de saúde integral em todas as fases da vida, educação não discriminatória, serviços de creche, transporte e habitação. Queremos serviços básicos que atendam às necessidades e especificidades das mulheres;
- d) a garantia dos direitos reprodutivos das mulheres com a descriminalização do aborto e o seu atendimento em toda a rede de saúde pública;
- e) estabelecer procedimentos para regulamentar a realização das pesquisas em seres humanos, particularmente em tecnologias reprodutivas;
- f) manutenção dos direitos constitucionais e sua regulamentação na legislação ordinária, assegurando-se os direitos previdenciários para todas as trabalhadoras rurais e urbanas;
- g) garantia do direito ao trabalho a todas as mulheres, trabalhadoras rurais e urbanas, com a reforma agrária e o direito à terra, inclusive das populações indígenas, extrativistas e negras remanescentes de quilombos;
- h) promover o combate à violência contra as mulheres, que se expressa em todas as esferas da vida pessoal e pública. Especial atenção deve ser dada no combate ao tráfico de mulheres e menores na prostituição;
- i) garantir o combate à violência racial, que se expressa também na repressão policial, na ação do narcotráfico e no extermínio da população negra;
- j) garantia da democratização dos meios de comunicação, do acesso das mulheres a esses meios e a veiculação de imagens e conteúdos não discriminatórios que mostrem a pluralidade do gênero feminino;
- k) fortalecer a participação das mulheres nos processos e instituições político-decisórias com a finalidade de alcançar o equilíbrio entre os homens e mulheres. Queremos a participação equitativa das mulheres em todas as estruturas de poder, instâncias de decisão e a criação de mecanismos que garantam esta participação.

O Movimento de Mulheres do Brasil exige que o Governo Brasileiro e a Comunidade Internacional reafirmem na IV Conferência Mundial da Mulher as conquistas obtidas na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Conferência de Direitos Humanos (1995), a Conferência de População e Desenvolvimento (1994) e a Cúpula de Desenvolvimento Social avançando sobre seus limites e impedindo que posições conservadoras invistam ainda mais contra os direitos das mulheres. Que haja o reconhecimento por parte do governo brasileiro e pela comunidade internacional que qualquer agressão à integridade física e moral das mulheres constitui violência contra os direitos humanos.

(*) As propostas e a Declaração Política aprovadas na Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95, serão reproduzidas e encaminhadas às organizações de mulheres que estiveram envolvidas neste processo, bem como aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda à Comunidade Internacional.

PEQUIM

Homenagem

Reunidas na Plenária de Abertura da Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95 prestamos nossas homenagens póstumas à Dulce Accioly, do Pará, e Lélia Gonzales, do Rio de Janeiro, companheiras feministas que estiveram conosco nesta caminhada. Um vídeo, produzido de todo o coração por Shuma Shumacher e Cláudia Ferreira emocionou a todas nós. Foi lindo...

Tribuna

A Conferência de Pequim terá uma novidade. O Centro Internacional para Liderança da Mulher organizará, junto com outras entidades estrangeiras, o Tribunal Mundial de Responsabilidades sobre os Direitos da Mulher.

O Tribunal, uma das atividades do Fórum de ONGs, terá cerca de 15 depoimentos onde serão relatadas situações de violação aos direitos da mulher.

Além de expor os casos de constrangimento a que estão submetidas as mulheres, o Tribunal exigirá das Nações Unidas, e de seus Estados Membros, o reconhecimento e a responsabilização ante as violações.

Aos Fóruns Estaduais de Mulheres

Os Fóruns Estaduais de Mulheres que tiverem sugestões, retificações, alterações ou inclusões a fazer no Documento de Síntese dos processos estaduais em preparação à Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95 devem enviá-las a Secretaria Executiva da Articulação até o dia 5 de julho, para que sejam incorporadas ao Documento Final. O endereço para a remessa do material é: Rua das Palmeiras nº 90 - Botafogo, Rio de Janeiro CEP 22270-070.

Saiu o relatório oficial

Já está publicado o Relatório Oficial do governo brasileiro para a IV Conferência Internacional sobre a Mulher. Foi o que anunciou o Ministro José Augusto Lindgren, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty à Conferência das Mulheres Brasileiras.

O documento, concluído no final do ano passado a partir da colaboração de várias organizações de mulheres - inclusive da Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95 - que participaram de seis seminários

nacionais promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores, há muito vinha sendo esperado.

Quem tiver interesse em receber um exemplar deve solicitar a remessa à Diplomata Marcela Nicodemus, Secretária Executiva do Comitê Nacional Preparatório a IV Conferência Internacional sobre a Mulher - Esplanada dos Ministérios, Ministério das Relações Exteriores, Anexo do Palácio do Itamaraty, 2º andar, Brasília, DF - CEP 70170-900.

ONU fecha acordo sobre Fórum



Um acordo entre as Nações Unidas e o governo Chinês assegurou a realização da reunião do Fórum Mundial de ONG's sobre a Mulher, em Pequim.

Depois de um período crítico, onde pensou-se inclusive em cancelar a realização da "conferência paralela" na China, dada a absoluta falta de condições de trabalho do Fórum de ONG's junto à Conferência Oficial (por causa da distância de 50 km entre uma e outra reunião), a inexistência de hospedagem para as 36 mil mulheres

inscristas neste Fórum, e as ameaças do governo chinês de não conceder vistos de entrada no país a algumas organizações de mulheres, chegou-se a um acordo que contempla parcialmente as exigências do Fórum de ONG's.

O acordo garante visto de entrada e alojamento às 36 mil inscristas, mantém as reuniões do Fórum em Huairou e assegura um espaço satélite, mais próximo da Conferência Oficial, onde funcionarão os Caucus (grupos de pressão) das mulheres frente às delegações oficiais. A partir de agora, o Fórum Mundial de ONG's deverá proceder o credenciamento das organizações e enviar a confirmação para as inscristas.

Urgente: Hospedagem em Beijing

Todas as pessoas inscristas para o Fórum de ONG's sobre a Mulher, em Beijing'95, devem preencher um novo formulário para reserva de hotel, e enviá-lo até 5 de julho ao Comitê Organizador da Conferência, em Beijing, endereçado para China Organizing Committee (COC), Fourth World Conference on Women, Room 1005, nº 15 Jianguomen Nel Street / Beijing 100730 / People's Republic of China / Tel: (8610) 522-5364 e 522-5364 / e fax (8610) 522-5326 e 5225329.

Os formulários enviados

anteriormente não tem mais valor. A mudança de procedimento deve-se à transferência do local do Fórum de ONG's para Houairou. A correspondência do Fórum de ONG's com maiores esclarecimentos e o novo formulário podem ser obtidos junto ao próprio COC ou ao Fórum de Mulheres do seu estado. O endereço e telefone de cada Fórum Estadual foi publicado no FÊMEA nº 21 e atualizado no boletim Beijing'95, divulgado em maio último pela Secretaria Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras.

ARTIGO

Rumo à Beijing passando pelo Parlatino

* Marta Suplicy

As parlamentares brasileiras que participaram, em março último da reunião preparatória, em Nova Iorque, para a IV Conferência Mundial das Mulheres a ser realizada em Beijing, sentiam falta de uma maior articulação entre elas próprias e entre suas colegas latino-americanas e do Caribe. Esta falta de entrosamento e desconhecimento do que ocorria nos países irmãos nas questões concernentes à mulher no âmbito legislativo, mostrou a necessidade de uma troca maior de experiências e articulações para este tipo de representação em Beijing.

Eu já havia participado do Fórum de Parlamentares que antecedeu a reunião mundial para População e Desenvolvimento na Dinamarca, tendo feito esta mesma observação. A América Latina, das organizações parlamentares internacionais, era a mais desarticulada nas suas propostas e posições. Não que não as tivéssemos. O problema é que enquanto os europeus, asiáticos e africanos haviam tido encontros preparatórios e, nós, os latinos e caribenhos nos conhecíamos aquela manhã. Assim não dá. Pouco pudemos influir no documento final, que, aliás, já chegou rascunhado pelos grupos asiático e africanos. Não queremos a repetição desta situação em Beijing. A forma para enfrentar este encontro com maior entrosamento e, conseqüentemente força, é o reconhecimento mútuo, união e proposta concreta do nosso continente. A partir desta constatação resolvemos, com representantes do Parlamento do México e do Chile, tentar articular uma reunião preparatória. O Brasil conseguiu, através do apoio do Parlatino, as melhores condições para a realização do encontro que ocorrerá nos dias 28 e 29 de julho.

A Comissão de Mulheres do

Parlatino elaborou um documento, em maio último, na Guatemala, que as parlamentares brasileiras estão agora analisando. Neste documento não está incorporado o Programa de Acción Regional para las Mujeres da América Latina y el Caribe, 1995-2000. Temos que aproveitar este excelente material e incluí-lo nas respostas das parlamentares brasileiras para a discussão na próxima reunião.

Um encontro a ser realizado na sede do Parlatino, em São Paulo, com suas representantes da Comissão de Mulheres aberto às parlamentares brasileiras (deputadas estaduais e vereadoras, inclusive) e com um convite para cada país enviar uma parlamentar, servirá para, além de nos unir numa proposta forte, criar uma troca de experiências legislativa frente à questão feminina. O Brasil é um país com uma legislação avançada nesta área, que pode contribuir bastante para sugestão de medidas para emancipação da mulher, assim como experiências bem sucedidas nos países vizinhos podem nos influenciar. A exemplo, citamos o projeto de assédio sexual, que foi apresentado pela deputada Maria Luiza Fontenele e estava reequivado e que reapresentei. Este projeto foi baseado em proposta levantada pela feminista Dr.^a Sílvia Pimentel, a partir de projeto existente na Costa Rica e em tramitação na Colômbia e no Peru.

As parlamentares interes-



Deputada Marta Suplicy

sadas nas questões da mulher têm que participar das Conferências para se instrumentarem e atuarem com maior eficiência.

O governo brasileiro vem assinando desde Nairóbi (85) acordos importantes para acelerar a equidade entre os gêneros e a total integração das mulheres no processo de desenvolvimento. Foi assim também na Conferência do Cairo. Entretanto, por estes acordos terem tido pouca repercussão no Congresso, pelas parlamentares não terem informação e, às vezes, pouco interesse, os governantes, sucessivamente, pouco têm feito para cumprir as metas objetivadas. Vamos ver se agora muda. Afinal, há anos tentamos diminuir o fosso que separa a mulher do homem. Já existe uma sensibilização mundial, consciência governamental, mãos à obra!

* Marta Suplicy - Deputada Federal(PT/SP) membro da Comissão de Mulheres do Parlatino

Marta Suplicy no Parlatino

A deputada do PT paulista, Marta Suplicy, foi indicada como membro titular da Comissão da Mulher no Parlamento Latino-Americano. O cargo, confirmado pelo presidente do grupo brasileiro no Parlatino, deputado Ney Lopes, facilitará as atividades da deputada, que está bastante envolvida com a preparação da Conferência Internacional sobre a Mulher - Pequim'95 junto às parlamentares da América Latina.

A deputada Fátima Pelaes (PFL/AP), confirmada no seu segundo mandato, será a companheira de Marta Suplicy. Ambas defendem a criação de um espaço, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, para o encontro de todas as representantes do Poder Legislativo. Afinal, a reunião dará a oportunidade de se avaliar atrasos e avanços de cada país.

Confirmada a indicação, a deputada paulista aguarda apenas as finalizações burocráticas. O secretário das Comissões Permanentes do Parlatino, Luís Rubeo, deverá confirmar o recebimento da comunicação brasileira para que as deputadas assumam as vagas, o que espera-se, ocorra em breve.

ACONTECENDO

América Latina rumo à Beijing

Representantes de todos os países da América Latina e do Caribe deverão estar participando, nos próximos dias 3 e 4 de julho no Chile de uma reunião ampliada da mesa diretora da VI Conferência Regional da Mulher, promovida pela CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

A reunião foi solicitada por diversos países que consideraram importante a América Latina e o Caribe consensuar uma posição frente à IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O objetivo é analisar o Programa de Ação Regional para

as Mulheres, a luz do draft (rascunho) da Plataforma de Ação Mundial; finalizar os preparativos regionais e nacionais para Beijing '95, e organizar as tarefas da Mesa Diretora para o acompanhamento do Programa de Ação Regional das Mulheres da América Latina e do Caribe, 1995-2001, depois da Conferência de Beijing.

Simultaneamente, a Coordenação do Foro de ONG's da América Latina e do Caribe estará reunida, discutindo os encaminhamentos e estratégias do movimento de mulheres.

Feminino e Masculino na Justiça



Discutir feminino e masculino na Justiça, sua igualdade e diferença, é o desafio aceito por Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Num seminário, que se realizará de 5 a 7 de julho, em Porto Alegre, pretende-se

descortinar o mito da neutralidade do Direito no tratar de homens e mulheres e seus conflitos relacionais. Partindo da idéia de que homens e mulheres são construções da cultura e não destinos biológicos, e de que o direito não pode ser dissociados de fenômenos culturais, juízes(as), professores(as) de direito, feministas e pesquisadores(as) estarão juntos debatendo este tema tão empolgante, no Auditório da Assembléia Legislativa Gaúcha. Quem tiver interesse em participar ou conhecer os resultados do Seminário deve entrar em contato com: Themis, Rua dos Andradas, 1137, conjunto 2203, Telefone (051) 224-3275 ou 224-3190, Porto Alegre, RS.

Ligadas na Alternex

Desde o dia 19 de junho o CFEMEA está ligado na ALTERNEX. O endereço Internet, para quem desejar entrar contato conosco é o seguinte: Cfemea@ax.ibase.org.br.

— Dona Dulce —

É com imensa tristeza que informamos às companheiras a morte de D.Dulce de Accioly, falecida no dia 10 de maio, em Belém do Pará. Não é apenas o Moprom, o Movimento de mulheres de Belém e o Conselho Municipal da Mulher que ficaram órfãos com a sua perda, e sim todo o movimento de mulheres.

D.Dulce completou 82 anos no dia 8 de maio e todos eles dedicados a um ideal de solidariedade e de participação ativa para melhorar a vida das mulheres.

D.Dulce inesquecível em seus ensinamentos e bom humor - sempre! Lembrar episódios e falas daria um FEMEA de 82 páginas. Existe, entretanto, uma passagem que gostaríamos de compartilhar com as companheiras. Em uma reunião, uma mulher pergunta a D.Dulce: - Sabe, eu não sei se sou feminista, Como sei se sou feminista? A resposta veio primorosa: -Minha filha, você pensa pela sua cabeça? Você se arruma e se enfeita para você? Sim? Então, você é uma feminista. Quem pensa pela própria cabeça é uma feminista.

Ah, D.Dulce que saudades vamos ter da senhora... Com a sua vitalidade e energia, jamais imaginaríamos não estar juntas no Rio e em Pequim. Os encontros das mulheres não serão mais os mesmos. Vamos ter que arrumar outro jeito para ver a cara de espanto das autoridades. Lembra quando a senhora levantava e colocava - de mansinho, a mesma coisa que aquelas "loucas" das mulheres estavam dizendo? A cara deles dizia: o que esta senhora está fazendo no meio "destas" mulheres?!? Quantas risadas dávamos depois.

E com riso e alegria lhe informamos que continuaremos, sem medo, a luta das mulheres. Desculpe o Dona Dulce, e não o somente Dulce como a senhora sempre reivindicava, mas é o hábito...Um dia, esperamos não tão breve, estaremos juntas novamente. Por enquanto, olhe por nós feministas. Que o espírito idealista, de sonhadora, de luta, tolerância, bondade e alegria sirva de exemplo para todas nós vivermos mais felizes.



O CFEMEA, em acordo com o Geledés - Instituto da Mulher Negra, resolveu dar uma cobertura mais

ampla à Conferência de Mulheres Brasileiras e, por este motivo, não publicamos nesta edição a seção **Mulher Negra - da informação à ação**. No próximo número ela estará de volta.